

Abin quer 10 meses para abrir arquivo

Este é o tempo estimado para transferir atuais relatórios microfilmados para arquivos eletrônicos

ARQUIVOS SECRETOS

Leonel Rocha
BRASÍLIA

Mesmo que o presidente Lula decida abrir imediatamente os arquivos da ditadura, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) vai demorar de oito a dez meses para poder catalogar as informações e deixá-las à disposição dos interessados. Herdeira do Serviço Nacional de Informações (SNI), a Abin vai começar a transferir para arquivos eletrônicos os atuais relató-

rios miniaturizados e arquivados em antigas fichas de microfilmes.

Segundo o diretor-geral da agência, delegado Mauro Marcelo, este trabalho de reorganização é necessário até para que os interessados consigam ter acesso. Sem a catalogação, o fornecimento das informações seria impraticável diante do volume de dados dos arquivos da ditadura. A idéia da direção da Abin é contratar uma empresa para indexar as fichas. Com o desdobramento do material, a Abin estima que podem ser ge-

rados mais de 4 mil relatórios sobre a ação de organizações de esquerda e seus militantes durante a ditadura.

Mas não é só a organização que está atrasando a liberação. Assessores do Planalto questionam a legalidade da abertura pelo Estado brasileiro. Alguém pode não querer ter suas informações divulgadas ou entregues ao arquivo público ou às universidades. A abertura dos arquivos pode provocar centenas ou milhares de ações na Justiça contra a União, lembra um assessor do Planalto.

O argumento legal que questiona a liberação, defendido por alguns assessores do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), é que as informações registradas pelo antigo SNI são de pessoas e não só de partidos e organizações de esquerda e elas podem não querer sua divulgação.

CONVÊNIOS

O diretor da Abin assinou ontem convênios com as 27 Secretarias de Segurança Pública de todos os Estados e Distrito Federal para a troca de informações policiais e

estratégicas com os sistemas de inteligência dos Estados. Pelos convênios, a Abin dará curso de capacitação aos policiais estaduais em duas etapas. Na primeira, eles vão ter aulas na Academia de Inteligência da Abin. Na segunda, os cursos serão nos Estados.

A intenção da agência é receber rapidamente informações para que o governo federal possa atuar antecipadamente, evitando conflitos como os dos sem-terra, por exemplo. "Vamos aproveitar a capilaridade dos serviços de inteligência dos Estados para melho-

rar a qualidade dos dados tanto para a Abin quanto para os sistemas de segurança regionais", afirmou Mauro Marcelo.

Os convênios com os Estados vão possibilitar a inclusão das Secretarias de Segurança no Sistema Brasileiro de Informações (Sisbin) sob a coordenação da Abin. O secretário de Segurança do Acre, Fernando Melo da Costa, disse que a troca de dados com a agência pode ajudar no combate ao narcotráfico na Amazônia e à atuação ilegal de madeireiros, por exemplo. ●